
CONVERSA SOBRE *A UTOPIA*
DO QUINTO IMPÉRIO
e OS PREGADORES
Da RESTAURAÇÃO, COM
JOÃO FRANCISCO MARQUES

Fátima Vieira
Universidade do Porto

[Transcrição de uma conversa entre Fátima Vieira e o Prof. João Francisco Marques, ocorrida no âmbito do Colóquio "Utopia e Espiritualidade", realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto]

Fátima Vieira - Estamos hoje aqui reunidos para conversarmos com o Prof. Doutor João Francisco Marques a propósito de *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, obra publicada no âmbito do Projecto de investigação "Utopias Literárias e Pensamento Utópico" e agraciada pela Academia Portuguesa da História com o Prémio Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro, na categoria de História Cultural e das Mentalidades. Antes de darmos início à conversa, terei contudo de levar a cabo uma tarefa árdua, a de apresentar ao nosso público o Professor João Francisco Marques e a sua obra. Gostaria de poder prometer que a apresentação será breve, até porque estamos aqui hoje reunidos para dar a palavra ao nosso convidado, mas a verdade é que apresentar o Professor João Marques não pode ser, de forma alguma, uma tarefa breve. E não pode ser breve porque o Professor João Marques é, como tantas vezes tem sido sublinhado, um homem plural, de interesses diversificados, autor de uma obra vasta, que foi deixando as suas marcas nos caminhos paralelos que foi percorrendo, ao longo da sua vida:

- como historiador, investigador e académico consagrado, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Professor Convidado da Universidade Católica (em Braga e no Porto);

- como elemento activo no seio da Academia, não se tendo nunca esquivado a cargos de responsabilidade, como

>>

foi o de Presidente do Conselho Directivo da FLUP, que exerceu entre 1984 e 1987;

- como homem de forte consciência cívica, dinamizador cultural da cidade da Póvoa do Varzim e director do Museu Municipal de Etnografia e História daquela cidade;

- como homem da Igreja, assumindo o sacerdócio de forma esclarecida e aberta ao diálogo ecuménico, e dedicando uma boa parte dos seus anos de investigação ao estudo de temas no âmbito da História da Igreja e da Espiritualidade em Portugal;

234>235

- como homem ligado à Literatura e à Arte, elemento imprescindível das tertúlias que semanalmente se realizavam no Diana-bar da Póvoa de Varzim à volta de José Régio, e em que participavam também Luís Amaro de Oliveira, Orlando Taipa e Pacheco Neves, entre outros, e autor de estudos dedicados a escritores como Raul Brandão, Régio, Pascoaes e Antero de Figueiredo;

- como homem ligado ao cinema, e que vai ficar certamente na história do cinema pela sua ligação de longos anos ao realizador Manoel de Oliveira, a quem tem servido de consultor histórico;

- como autor de uma vastíssima obra, apresentada em inúmeros colóquios nacionais e internacionais, e vertida em ensaios, artigos, verbetes de dicionários e enciclopédias, livros de grande fôlego que dão conta da sua pluralidade de interesses e da sua vastíssima cultura e saber, ultrapassando largamente a centena de títulos.

O Prémio que a Academia Portuguesa de História atribuiu, no passado mês de Junho, ao Professor João Marques, a propósito da publicação de *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, vai agora juntar-se a outros prémios que distinguiram, em outros momentos, diferentes facetas deste homem plural. Refiro-me à atribuição da Medalha de Prata de Reconhecimento Poveiro, em 1995, à distinção con-

cedida em 1999 pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, ou ainda ao Prémio Internacional do European of the Year Award, concedido em 1980 à exposição Siglas Poveiras. Jubilado em 1999, o Prof. João Marques não deixou contudo de trilhar os seus caminhos plurais, como atestam as publicações que continua a assinar, e de que a obra que hoje aqui nos traz é exemplo.

Mas antes de passarmos à nossa conversa sobre *A Utopia do Quinto Império*, convirá explicarmos em que contexto é que ela surge publicada na “Biblioteca das Utopias” e ligada ao nosso projecto de investigação. E para o fazer terei de vos convidar a embarcar numa viagem, com – permitam-me – uma breve nota pessoal. E faço esta viagem até ao ano de 1986, altura em que o Professor João Marques era Presidente do Conselho Directivo desta Faculdade, e eu tinha acabado de ingressar na carreira académica como Assistente Estagiária. Quando fui apresentar-me ao Conselho Directivo, fui recebida com a afabilidade a que o Professor João Marques desde sempre nos acostumou; meses mais tarde, estava eu nas antigas instalações da FLUP, pronta a ir para casa, e cruzei-me com o Professor João Marques, que ia a entrar na Faculdade, perto do Palácio Burmester (Casarão). O Senhor Professor não se lembra certamente desse dia, mas ele ficou marcado para sempre na minha memória: e recordo-me porque eu levava na mão a *Utopia* de Thomas More, que estava então a leccionar na cadeira de Cultura Inglesa. Quando viu o livro, o Senhor Professor parou e deu-me ali, nos jardins do Palácio Burmester, a melhor lição que eu tive sobre o pensamento utópico – e falou-me de nomes de que eu – pobre Assistente Estagiária deslumbrada por tanta erudição – não tinha ouvido nunca falar. E foi nesse momento que, mesmo sem nunca ter sido sua aluna em termos formais, Senhor Professor, me assumi em termos práticos como sua pupila.

>>

Ao longo destes vinte e dois anos, o Professor João Marques continuou a dar provas da sua generosidade, conduzindo um seminário do Ciclo de Conferências sobre a Utopia que promovemos em 2002 e participando como orador convidado no colóquio interdisciplinar “Sentidos da Utopia”, realizado no Palácio de Mateus em 2005. Nessa ocasião, o seu grupo de discípulos aumentou consideravelmente, e as conversas ao serão, naquela semana do colóquio, foram passadas a ouvir histórias deste homem que, para além de ser plural, é generoso com o seu saber. E foi assim que surgiu o convite para integrar o nosso projecto de investigação e, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos, publicar este livro.

E começava a nossa conversa falando de uma questão que me parece fulcral, a da generosidade que transparece da publicação de *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*. Este é, sem dúvida, um trabalho que resulta de largos anos de investigação, e que é generoso na medida em que coloca à disposição dos investigadores um número considerável de textos que não se encontravam, até ao momento, disponíveis para consulta. O livro é composto por uma introdução de vinte e três páginas que, de forma cuidada e desenvolvida, discorre sobre a profecia do destino universalista de Portugal, a sua relação com a afirmação da autonomia política e identidade portuguesas em 1640 e a revelação de que o Pe. António Vieira não terá sido o único sacerdote a defender nos seus sermões a importância do mito fundador de uma monarquia lusitana. Seguem-se dezoito sermões publicados entre 1640 e 1665, sendo todos eles precedidos de uma nota biográfica dos seus autores, de uma identificação das fontes bibliográficas mais relevantes e de uma contextualização do sermão. O livro contém ainda um índice de lugares bíblicos, um índice de fontes patrísticas e um índice de autores. Como contador de histórias que é, quer contar-nos a história deste livro, Senhor Professor?

João Marques – Antes de mais quero mostrar o quanto estou comovido pela generosíssima apresentação da Prof.^a Fátima Vieira. Como diria Eça de Queirós, na sua tão repetida citação, nas suas circunstâncias tão diversas, “Eu sou um pobre homem da Póvoa de Varzim”. No entanto, perante tudo isto que foi dito a meu respeito, e que seguiu um fio cronológico, sinto-me sem dúvida comovido. Este livro nasceu precisamente da receptividade demonstrada pela directora do Projecto “Utopias Literárias e Pensamento Utópico” relativamente a uma aspiração que eu vinha acalentando há já muito tempo. Com efeito, foram muitos os sermões que encontrei e sobre os quais trabalhei para a publicação de duas obras que seriam os marcos capitais de toda a minha investigação – *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina e A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668*. Estes sermões não eram conhecidos por ninguém. Através do estudo que deles fiz, percebi que os sermões tinham um princípio estruturante e que deveriam ser vistos como a chave para um novo entendimento da história daquela época. Lembro-me bem do que ouvi dizer, quando passei por Paris, numa sessão de trabalho, ao Dr. Jacques Le Brun: “Há por aí tantos escritos, que ninguém conhece e que são difíceis de encontrar. São esses que temos de achar”. E na verdade, faz um achado de grande valor, aquele que encontra um texto manuscrito. Ora os textos que vão agora a publicação não são propriamente inéditos, já que foram publicados no século XVII. No entanto, caíram no esquecimento, e não estão disponíveis para consulta pelo que deverão ser tratados como textos inéditos.

Desde há longos anos que eu queria dar a conhecer estes textos, até porque, de certa maneira, eles tinham servido de fonte de inspiração para o primeiro trabalho que apresentei, sobre o estudo da parenética seiscentista. Eles são sem dúvida importantes para percebermos as causas que na altura dinamizavam o país, bem como a forma como foi assegurado o espírito de autonomia durante o período de ligação das duas

>>

coroas – a portuguesa e a espanhola. São essenciais, na verdade, para compreendermos como foi possível, ao longo de vinte e oito anos de luta incerta, perigosa, quase sempre ameaçada, do interior e do exterior, assegurar uma luta sem tréguas pela defesa de uma independência, de uma autonomia e da manutenção, na sua integralidade, do imenso império escrito nos cinco continentes.

Aqui nasceu, por conseguinte, o desejo que acalentava de publicar estes textos. Quando conheci o projecto de investigação na área do utopismo português, falei a Fátima Vieira da vontade que tinha de publicar uma antologia. Ela ficou entusiasmada com a ideia e conseguiu o apoio logístico de que eu precisava para que a obra fosse publicada. Mas esta obra, para além de ser um projecto pessoal, tinha outra finalidade: fornecer a todos os estudiosos textos fulcrais do século XVII. Textos sobre a oratória do século XVII que um público curioso conhecia, mas apenas de referência. Nasceu assim o livro, que aqui se encontra belamente apresentado. O meu prefácio contém as grandes linhas de um capítulo que produzi para a minha dissertação de doutoramento, mas esse texto foi convenientemente revisto para cobrir aquilo que perpassa cada um dos sermões que fazem parte desta obra.

F. V. – Nós é que ficámos a lucrar; esta foi uma aposta ganha desde o início, como tive já oportunidade de dizer pessoalmente ao Senhor Professor. Estamos particularmente orgulhosos deste prémio. Mas peço-lhe que nos fale um pouco da ideia do Quinto Império, que é sem dúvida a grande utopia portuguesa: será possível passarmos pela História de Portugal sem passarmos pela ideia do Quinto Império? E, por outro lado, não será a atenção dada à ideia de Quinto Império, quando exagerada, perigosa para o entendimento da História de Portugal?

J.M. – Há que pôr sempre uma pergunta prévia: chamamos utopia a quê? A este pensamento que no fundo era um projec-

to em que se acreditava firmemente ser realizável. Um projecto que de forma alguma se podia abandonar, um projecto pelo qual era imperioso lutar, a cada momento. Há cerca de vinte anos houve um encontro vieirista com excelentes especialistas internacionais. Quando, no contexto desse congresso, eu apresentei o Vieira como o nosso maior expoente do pensamento utópico ligado à identidade da pátria e estilo do povo português – facto aliás que o Professor Raymond Cantel desenvolveu latamente ao falar sobre o destino maravilhoso do povo português – um professor holandês, Joseph van den Besselar, disse-me: “você acha que é utópico, mas para Vieira nada disso era utópico. Era uma realidade em que ele acreditava, e que podia, a todo o momento, desenvolver-se no âmbito do que ele pensava que poderia acontecer no seu tempo, a construção de um Quinto Império”. Por isso acho que a primeira pergunta que temos de colocar deve ser esta: Utopia para quem? Certamente não para quem defendia este projecto, mas para nós que não acreditamos na sua realização. Passou o tempo do Quinto Império, embora na verdade a ideia do Império do mundo nunca tenha desaparecido. Ainda recentemente ela passou para a América. É o grande Império do mundo, sem dúvida. Verificamos que a língua inglesa invadiu mundialmente a sociedade e que, através dela, o pensamento ocidental invadiu o mundo inteiro, e é dominante. Sobre isso e sobre aspectos desta ideia, eu muito teria e gostaria de dizer se o tempo me sobejasse, mas, completando este pensamento, diria que a globalização a que assistimos, afinal, só vem na continuidade da globalização que se começou a tentar no início dos tempos modernos, ou seja, no fim do século XV. A descoberta da América foi paralela à abertura do caminho marítimo, à abertura de uma rota transatlântica que unia mais livremente (embora ameaçada por outras dificuldades) a Europa – através da África – ao Índico e depois ao Pacífico. Eis como uma globalização, também levada por razões económicas, permitiu que os europeus tomassem

>>

conta de matérias-primas preciosas, mas também de frutos preciosos. Vejam, com a descoberta da América, e depois com o contacto estreito com a Ásia central, meridional, e por fim com a Ásia e o Extremo Oriente, como nós conseguimos pôr, aqui na Europa, dois ou três artigos agrícolas que hoje são fundamentais na nossa alimentação: o açúcar, divulgado no mundo, e o milho e a batata. Globalizámos produtos absolutamente indispensáveis para a nossa alimentação quotidiana. Mas para além deste domínio económico em matérias-primas, em metais preciosos e em géneros agrícolas, conseguimos ainda uma outra coisa: uma influência que, durante muito tempo – eu diria mesmo até hoje – assegurámos de uma forma científica no mundo inteiro. Levámos longe e perto um veículo unificador do mundo. Assim se pensava, na altura, que era o veículo evangelizador. Por que não pensar na conversão do mundo! Ora, a conversão do mundo realizaria uma profecia de Isaías, a da fundação de uma nova era de paz, uma aurora de paz que seria conhecida no mundo, onde se viveria irmamente. E o cristianismo proporcionava a realização desse objectivo porque tinha trazido duas coisas importantes: em primeiro lugar, a solidariedade, que é a caridade para nós, que é um mundo fraterno para nós, e em que S. Paulo, de uma maneira admirável, pôde insistir, utilizando aquela que seria a mensagem do próprio Cristo; em segundo lugar, o cristianismo punha em equação e realização o chamado direito romano, que se alicerçava no respeito pelo indivíduo. O direito das gentes era o direito de cada homem ser respeitado como tal, e S. Paulo disse muito bem: “Não há grego, não há hebreu, não há homem diferente do outro pela cor de pele. Todos sois irmãos em Cristo”. Duas bases que, afinal, eram um tomar nas mãos aquilo que a Antiguidade clássica havia trazido. Já o mundo grego, o mundo judaico e o mundo romano. Foi algo, portanto, que acabou por seu caldeado na Europa, e as duas nações peninsulares, Portugal e Espanha, adiantaram-se nesta transmissão universal: por que não haveria

cada uma delas de acreditar (numa realidade que para nós é uma utopia) na realização de uma tal realidade? O mundo vivendo debaixo de um poder espiritual e temporal único, mas em que cada homem se sentisse numa casa comum. A ideia foi circulando, é evidente. Carlos V tinha sido aquele que, antes daquilo que era o sonho de D. Sebastião, tinha procurado pôr em prática o caminho para um Império Universal, e ele tinha o império do mundo nas suas mãos. Na terra de que ele afinal era o imperador o sol nela nunca se punha, nascia e nunca se punha porque estava distribuído pelos quatro cantos do mundo. Depois, por que é que os portugueses, que tinham também tocado a América e descoberto grandes espaços americanos, dominavam a costa africana, melhor direi, os mares e depois tinham chegado até ao próprio Oriente, por que é que não podiam pensar num império do mundo? Eis que ele tem bases numa realidade, que eram ideias religiosas e ideias humanistas, e bases também numa dinamização que era a da evangelização que, especialmente, a partir do século XVI e de Trento, se tornou cada vez mais intensa. Aqui Portugal vai tentar intervir, e também adiantar-se, mas perderá a força que a própria história nos aponta.

>>

F.V. – A colaboração do Senhor Professor com o cineasta Manoel de Oliveira é sobejamente conhecida. Numa entrevista publicada no jornal *A Voz da Verdade*, M. Oliveira diz, a propósito do Senhor Professor: “Não faço nada sem o consultar. Ele e outro historiador fazem a *découpage* para que não existam erros históricos”. Na ficha técnica do filme *Non, ou a Vã Glória de Mandar*, os créditos do texto histórico são atribuídos ao Senhor Professor. Na *Divina Comédia* (1991), o Senhor Professor é identificado como consultor bíblico. No filme *O Quinto Império: Ontem como Hoje* aparece também como actor. Convido-o a ver connosco uma passagem deste último filme.

[visionamento de uma cena do filme]

Mais uma vez, Senhor Professor, deparámo-nos com a ideia do Quinto Império. Sabemos que este filme é baseado na obra literária de José Régio, *El-Rei Sebastião*. O que eu gostaria de saber, Senhor Professor, era se também nas tertúlias que se realizavam no Diana-Bar a ideia de utopia era importante para Régio e para Manoel de Oliveira. Era para eles uma preocupação fundamental para o entendimento da História de Portugal? O que se passava no Diana-Bar, não só com José Régio, mas com todos os outros nomes com quem teve oportunidade de contactar?

242>243

J.M. – A minha ligação com o Manoel de Oliveira arranca precisamente nessas tertúlias no Diana-Bar. Eu conheci José Régio dez anos antes da sua morte. Quando se aposentou, o Régio regressou para Vila do Conde e vinha todos os dias de manhã ao Diana-Bar, o café da praia. Dos anos 40 em diante, este era o ponto de encontro para a gente mais ou menos culta, que vinha à Póvoa veranejar, e também para gente com algum poder económico e estatuto social. Aí encontrava-me geralmente todos os dias com o Régio. A nossa amizade continuou até à sua morte. As nossas conversas eram sobre tudo: desde a metafísica à literatura, à religião, à política também, e a nossa curiosidade muitas vezes levava Régio a falar dos seus projectos literários, da forma como os seus livros eram recebidos, daquilo que ele entendia sobre a liberdade da arte, por exemplo. Aconteceu que falámos uma vez sobre *El-Rei Sebastião*, e eu quis saber de que fontes ele se servira para construir a peça. Ele disse: “Eu li tudo o que era essencial que na altura havia. Aquilo que era objecto de polémica entre o Sérgio e Malheiro Dias e depois li o livro historicamente muito recomendado de Queirós Veloso sobre *El-Rei Sebastião*. Documentei-me bem”. Chamava à sua peça [*El-rei Sebastião*] “poema cénico”, uma peça épica em que ia pôr em questão

alguns problemas. Aquele poeta português que todos conhecem, o António Gedeão, dizia que o sonho comanda a vida, e o Régio dizia "não existe verdadeiramente nenhum homem notável que não se deixe dominar pelo sonho, ainda que seja utópico, mas o sonho comanda-o". Ora isso levantou alguns problemas fundamentais nesta tese em discussão: primeiro, o problema da liberdade; segundo, a relação entre o poder e a responsabilidade do bem comum que um governante deve ter; terceiro, até que ponto uma ideia religiosa pode transformar-se num motor mobilizador de uma acção que se justifica precisamente por esse cúmulo transcendente que é a fé. E depois, a tragédia de um homem que se vê a sós com o seu sonho e que o quer levar para a frente contra tudo e contra todos, porque neste poema existem muitos reflexos daquele seu poema muito conhecido por todos que é o "Cântico Negro": "Não vou por aí, só vou por onde me levam os meus próprios passos". Efectivamente, numa educação como a de D. Sebastião, o sonho que dele se apoderou conduziria a isso mesmo. E conduziria a isso porque, contrariamente ao que anda por aí a ser escrito superficialmente, ele não era o "asno" como disse ser o António Sérgio, mas também não era um génio. Era um jovem fogo que tinha sido educado debaixo de duas grandes ideias: a primeira era a grandeza dos feitos, numa dilatação da causa de Deus; a segunda era a conversão do mundo, porque a Igreja acentuava que fora dela [da Igreja] não havia salvação. O importante era trazer o mundo inteiro à órbita cristã. Carlos V, no meu entender, foi o grande inspirador da ideia imperalista de D. Sebastião. E a derrota ou o fracasso que foi o ataque de Carlos V ao norte de África, e que "matou" uma ambição que ele tinha de dominar a costa africana, passou-a para o sobrinho-neto. Ele também queria, tanto mais que não tinha sentido manter aquelas praças no norte de África, como sendo redutos sitiados por inimigos. Ou elas eram o ponto de partida para levarmos uma conquista por diante, ou então não fazia sentido mantê-las. O avô de D. Sebastião, D. João III, tinha

>>

começado a desfazer-se de algumas praças no norte de África, precisamente porque era um peso para o orçamento de Estado e ele não via sequência senão através de uma política expansionista pelo norte africano, pelo que não era aquilo que lhe agradava. No entanto, D. Sebastião tomou essa ideia nas suas mãos e quis organizar aquilo a que eu chamo uma “guerra de envolvimento”. Ele conseguiria ferir o império de Marrocos, depois caminhar pelo norte de África até Jerusalém. O sonho dele era ser coroado na cidade Santa. Depois pensaria na forma de unir os dois poderes: o poder temporal e o poder espiritual. Eu tenho – e continuo a ter – a ideia firme de que D. Sebastião não casou porque acalentava um sonho: unir o império ao papado. Isso estava ao seu alcance. Falei sobre isso com o Manoel de Oliveira, e a este propósito ele disse: “Vou pôr isso no meu filme”. Mas isso, primeiro fui eu que disse; segundo, tentarei um dia encontrar duas fontes. Uma já encontrei, relativamente a Carlos V; e agora queria encontrar outra que ligasse Carlos V a D. Sebastião. E então isto lá aparece no filme *Non, ou a Vã Glória de Mandar*: a determinada altura, antes da batalha de Alcácer-Quibir, há lá um Frei João Marques que diz precisamente isso, a tese está lá dita. Num artigo que escrevi sobre a primeira jornada de D. Sebastião a África, que é uma coisa que pouca gente conhece, desenvolvi já, de alguma maneira, esta dita hipótese, e justifico de certa forma alguns aspectos desta obsessão profunda de D. Sebastião. *Non, ou a Vã Glória de Mandar* foi o primeiro filme em que eu colaborarei, e discuti com o Manoel de Oliveira a célebre passagem do “Sermão dos Pretendentes”, onde o orador, Vieira, como que brinca, de uma maneira patética, com a palavra *Non*, que de qualquer lado que a leiais é sempre *Non*. Manoel de Oliveira disse então que o filme se chamaria *Non*, e depois acrescentou – *Non, ou a Vã Glória de Mandar*. A ideia de M. de Oliveira para o filme era a seguinte: Portugal era, no fundo, o resultado de uma série de derrotas. Ou melhor dizendo, de empresas que culminaram em derrotas. E, no entanto –

cá está o milagre das coisas –, o país sobreviveu, o país realizou uma epopeia admirável como foi a expansão de quinhentos. O país continuou a existir. E ele disse, primeira derrota, e que parece ser um “não” do destino – a de Viriato (e, no entanto, há quem pense que foi a génese da nação lusa); segunda, Alcácer-Quibir, o sonho de D. Sebastião de dominar, através do norte de África, o império otomano que tinha caminho para a Ásia. Tinha efectivamente nas mãos o império do mundo. No entanto, esta jornada de África foi condenada por uma terrível derrota que nos marcou tão profundamente que ficámos ligados a Espanha durante sessenta anos. No entanto, o país sobreviveu, a identidade portuguesa manteve-se, e o que o que é mais miraculoso é que até o império não se fraccionou, nem se perdeu; terceira e última, a Batalha de África. Quisemos manter o império, arriscámos numa coisa que ameaçava o fracasso, mas teimámos em levar a luta até ao fim, que foi culminada por uma derrota em toda a linha. Tivemos de retirar as populações portuguesas, regressando ao continente. No entanto, a influência portuguesa continuou a manter-se, nós temos uma comunidade lusófona que não é insensível à cultura portuguesa, temos uma comunidade que, em qualquer lugar do mundo onde se encontre, é sinónimo da presença de Portugal no mundo. A imagem mais bela deste filme *Non* é aquela do soldado que está no hospital, mutilado, e que tem um sonho onde D. Sebastião lhe aparece e há uma espécie de neblina, de nevoeiro. D. Sebastião percorre com as mãos a espada e as mãos começam a sangrar. Isto quer dizer que não há sonho nenhum que não traga sacrifício. Vitória ou derrota, depende do ângulo de que encararmos a situação. Eu acho este filme admirável. O historiador José Mattoso disse, num debate em Paris sobre o filme *Non* (eu não estive presente, mas estive o Manoel de Oliveira) que não o compreendeu...

>>

Onde eu também colaborei muito foi no filme *Palavra e Utopia*. Este filme tem o nome que eu sugeri, facto que Manoel

de Oliveira refere numa entrevista. *Palavra e Utopia* foi fruto de três meses de trabalho para construir o guião. Eu ia todos os dias desta Faculdade para a casa do Manoel de Oliveira para o discutirmos. É um filme assente em textos, nos sermões e nas cartas. Tem um fio cronológico. Repare-se nas diferentes facetas mais características de Vieira. Isto é, não tem só o orador, tem o pensador sobre uma nação portuguesa em crise. Desde antes da Restauração, e portanto o Sebastianismo, através dos primeiros sermões de Vieira; depois, o Vieira pensador, olhos e ouvidos do Rei, por quem tinha uma grande admiração, e o Rei também tinha ainda uma grande e superior admiração por Vieira. Vieira exerceu uma diplomacia paralela, muito importante, na Restauração, mas sempre combinada com fracassos. A verdadeira vida de Pe. António Vieira foi marcada pela tragédia, e aquilo por que mais lutou nunca foi possível: a missionação no Maranhão. De qualquer forma, neste filme há muitas coisas que não teriam sido feitas se eu não tivesse colaborado. Aliás, nem o Manoel de Oliveira se teria abalanchado num filme destes, pois exige um conhecimento profundo de Vieira.

Queria apenas chamar a atenção para que o que há de importante em cada um destes filmes: o que importa é que não seja atraído nem o intuito do realizador nem a verdade histórica, quando por ventura ele nela se apoia. Esse tem sido o sentido do meu apoio na construção destes filmes, onde tive, inclusivamente, a honra de desempenhar um pequeno papel.

F.V. – Sim, é verdade. Pelo menos em *Princípio da Incerteza* (2002), em *Espelho Mágico* e também em *Cristóvão Colombo: o Enigma* (2008). Que projectos tem para o presente, Senhor Professor, que projectos tem para o futuro?

J.M. – Todos nós temos um grande projecto e eu tenho um há quarenta anos – fazer um dicionário bio-bibliográfico sobre a Parenética Portuguesa desde o século XV ao século XX. Tenho

já um trabalho compilado em trinta pastas de arquivo. Somente ainda não o realizei porque não disponho de recursos financeiros para o concretizar. O projecto imediato que tenho entre mãos é a publicação em cinco volumes dos sermões de Vieira.

F.V. – Deixamos então o Senhor Professor com esses projectos, esperando que eles se possam realizar para, uma vez mais, podermos beneficiar do trabalho de investigação de tantos anos e do saber do Professor João Marques. Senhor Professor, muito obrigada por nos ter dispensado estes minutos para uma conversa sobre o Quinto Império, que, na verdade, acabou por se transformar numa lição de História de Portugal. <<

>>